

## **Princípios orientadores para um outro ensino médio**

Diante da implementação da Reforma do Ensino Médio, imposta pela lei nº 13.415/17, a UFRJ se posicionou pela revogação dessa lei por entender que ela não foi discutida democraticamente com a sociedade brasileira, por não atender aos anseios de docentes e discentes das escolas públicas e por abrir possibilidades de ampliação das desigualdades educacionais. Em sintonia com essa posição, o Complexo de Formação de Professores propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a elaboração de um documento que contenha uma outra proposta de ensino médio que atenda aos anseios e às necessidades dos estudantes brasileiros.

Assim, a partir das primeiras discussões do GT – formado por docentes, técnicos e estudantes – chegou-se a alguns consensos que nos permitem estabelecer princípios que passam a compor o presente documento de orientação para a formulação de uma proposta mais geral acerca do que entendemos ser um Ensino Médio de qualidade. Esse documento será apresentado para a discussão com outras universidades, entidades representativas docentes, movimentos populares, escolas públicas e sociedade de modo geral.

Nesse sentido, o Ensino Médio precisa, em primeiro lugar, estar comprometido com uma educação pública socialmente referenciada, democrática e que forme cidadãos críticos engajados nas questões de seu tempo. Deve, ainda, ser entendido como uma etapa que consolida a educação básica e proporciona o letramento científico, artístico e cultural numa perspectiva interdisciplinar, mas que não nega a importância da disciplinaridade das ciências de referência.

A discussão sobre a profissionalização, preocupação cara aos jovens trabalhadores, bem como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade essencial para a promoção da equidade social, precisam estar presentes nos debates sobre uma proposta de outro Ensino Médio. Isso deve ser feito a partir de uma perspectiva humanística, em que a discussão sobre o mundo do trabalho não signifique aceitar a precarização das relações trabalhistas como algo natural. Pelo contrário, que o trabalho

seja reconhecido como impulsionador das potencialidades do desenvolvimento humano. Por isso, a ideia de uma formação integral, responsável por estimular o desenvolvimento de cada estudante, ao mesmo tempo em que os reconhece como pessoas portadoras de direitos.

No mesmo movimento, uma proposta de Ensino Médio, sintonizada com os anseios dos estudantes e dos docentes, precisa valorizar a escola pública como instituição fundamental na garantia de direitos, da democracia e de relações sociais mais justas. O papel da escola como instituição republicana deve ser reforçado e garantido a partir de políticas orçamentárias que destinem recursos para a valorização da carreira docente e demais profissionais da educação, especialmente no que concerne a questão salarial, assim como para a consolidação das estruturas materiais de funcionamento adequadas para o bom desempenho de suas funções.

Isso inclui, também, investir na formação inicial e continuada de professores, tratando-as como essenciais para a construção de uma educação de qualidade, colocando a docência no centro das preocupações das políticas de valorização da profissão. Reconhece-se, com isso, o papel insubstituível dos professores, excluindo o “notório saber” como um dos elementos da política de desprofissionalização da profissão docente, tal como está na Lei que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM).

Uma proposta de outro Ensino Médio precisa entender a educação como um direito, inegociável, que não pode ser vista como uma mercadoria. Toda pessoa deve ter acesso à educação de qualidade socialmente referenciada, ao pleno desenvolvimento, ao ingresso no mundo do trabalho de forma digna e ao reconhecimento de sua cidadania efetiva.

Desse modo, o Ensino Médio, a partir da perspectiva aqui defendida, compõe uma política de consolidação da educação pública e do sistema democrático – tão atacados nos últimos anos. Isso, no entanto, depende de uma mudança completa tanto da configuração quanto dos rumos dados a essa etapa do ensino a partir da implementação da Reforma, instituída em 2017.

Precisamos reunir as forças democráticas no sentido de defender a escola e a educação públicas e revogar o “Novo Ensino Médio”, pois ele é um erro histórico no campo da educação que afeta e repercute na vida do povo brasileiro, ampliando desigualdades educacionais que consolidam desigualdades estruturais.

Reforçamos que não basta apenas revogar o Novo Ensino Médio, é preciso construir uma proposta nova verdadeiramente comprometida com os milhões de estudantes que chegam a essa etapa do ensino. Reconstruir o Ensino Médio em outras bases que não sejam as definidas pela lei 13.415/17, é, assim, essencial para o futuro de nossa juventude. Essa é a contribuição a que se propõe o GT Ensino Médio da UFRJ, ou seja, construir uma proposta educacional crítica, democrática e comprometida com os anseios e necessidades educacionais do povo brasileiro.